

RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.869 - RS (2018/0083158-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : E C M
ADVOGADO : RICARDO DUARTE ALVES - RS062414
RECORRIDO : M DE F H
ADVOGADO : IVONE MARIA KRÜGER - RS049772
INTERES. : M S H - SUCESSÃO

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por E C M, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (fls. 138-143 e-STJ), assim ementado:

APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. SUCESSÃO. AÇÃO DE NULIDADE DE PARTILHA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. PRESCRIÇÃO.

Caracterizada, na hipótese, a prescrição da pretensão patrimonial do filho, cuja paternidade foi reconhecida tardiamente, de receber o quinhão hereditário, porque considerada a data da abertura da sucessão, em conformidade com a Súmula nº 149 do STF.

RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios (fls. 147-153 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 155-162 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 167-176 e-STJ), o insurgente alega violação ao disposto nos artigos 205 e 1.824 do Código Civil, sustentando que o prazo prescricional para ajuizamento da ação de petição de herança deve ter como marco inicial o trânsito em julgado da ação que reconheceu a condição de herdeira. Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial no mesmo ponto.

Apresentadas contrarrazões (fls. 180-190 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar.

1. Cuida-se de ação de nulidade de partilha com petição de herança, ajuizada em abril de 2015, julgada procedente em primeira instância.

O juízo primevo afastou a alegação de prescrição nos seguintes termos (fls. 109-110 e-STJ):

O termo inicial, no caso da autora, data do trânsito em julgado da sentença em que foi reconhecida a paternidade em relação ao extinto Mário Silveira Haubman, isto é, o marco inicial para pretensão anulatória data de 03.07.2013 (fl. 09).

Na hipótese, o direito da autora nasceu sob a vigência do Código Civil de 2002, cujo prazo prescricional previsto é de 10 anos (art. 205 do CC).

A partilha, na espécie, em razão da preterição de herdeiro necessário, é nula de pleno direito, não é passível de convalidação e a única forma de revestir o ato de legalidade é o seu refazimento para fins de ajuste das legítimas.

Retroage-se, portanto, ao ano de 1977, quando finda e homologada a partilha dos bens deixados por falecimento de Mário Silveira Haubman. Por óbvio, o ajuste a ser feito recai tão somente nos quinhões destinados às herdeiras-filhas, no caso, Elisabete e Mariza, não atinge a também já falecida viúva-meeira, cujo direito decorre do regime de bens da comunhão universal.

Há de ser distinguido, na hipótese vertente, que o direito à petição de herança nasce quando da abertura da sucessão. No entanto, como pontuado acima, a situação da autora é distinta, pois apenas com o reconhecimento da paternidade post mortem é que requerente passou a ter legitimidade a participar da divisão do acervo patrimonial deixado por seu pai Mário Silveira Haubman, o que afasta a aplicação das disposições do Código Civil de 1916.

Uma partilha nula não produz efeitos.

Mesmo ultimada, o ato judicial que a homologou em idos de 1977 restou prejudicado com o resultado positivo da ação de reconhecimento de paternidade tombada sob n.º 115/1.15.0000155-0.

prescrição.

A pretensão da autora, portanto, não está fulminada pela prescrição.

A Corte de origem, acolhendo o apelo, reconheceu a prescrição, ante a seguintes fundamentação (fls. 140-142 e-STJ):

Embora seja imprescritível a ação investigatória de paternidade, o mesmo não ocorre com a ação de petição de herança e anulatória de partilha.

De acordo com a Súmula n.º 149 do Supremo Tribunal Federal, a prescrição da pretensão patrimonial do filho, cuja paternidade foi reconhecida tardiamente (sentença de natureza declaratória), de receber o quinhão hereditário, conta-se a partir da data da abertura da sucessão.

Nessa linha, adverte Caio Mário da Silva Pereira (em "Instituições de Direito Civil", Forense, RJ, Volume VI, p. 62), que "o problema se esclarece com a distinção entre o status, que é imprescritível, e a pretensão econômica judicialmente exigível, que como toda outra pretensão exigível (Anspruch) prescreve. O filho terá ação sempre para se fazer reconhecer (ação de estado, imprescritível); mas não terá direito à herança, depois de decorridos 20 anos da abertura da sucessão (petição de herança)".

Com efeito, o prazo vintenário era então previsto à própria prescrição aquisitiva da propriedade (e vide que se qualquer estranho tivesse adquirido o acervo perseguido - usucapião - poderia opor a sua titularidade ao investigante), por evidentes razões de segurança jurídica e necessidade de estabilização das relações, que entendo siga prestigiando o ordenamento jurídico, de forma que a data da abertura da sucessão é o marco inicial para a contagem do lapso (art. 177 do Código Civil de 1916).

[...]

Desta forma, como a abertura da sucessão ocorreu em 1976, tendo ocorrido o falecimento em 03/10/76 (fl. 07), considerado o prazo de 20 anos, previsto no anterior Código Civil, decorreu, e muito, pois ajuizada a presente ação de nulidade da partilha com petição de herança apenas em 2015, daí por que caracterizada a prescrição.

A jurisprudência dessa Corte, todavia, firmou-se no sentido de que o prazo prescricional para ajuizamento da ação de petição de herança deve partir, somente, do trânsito em julgado da ação que reconheceu a condição de herdeiro após a morte do autor

da herança. Vejam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. ART. 2.027 DO CC/02. PETIÇÃO DE HERANÇA. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA INVESTIGATÓRIA. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Tratando-se de filho ainda não reconhecido, o início da contagem do prazo prescricional só terá início a partir do momento em que for declarada a paternidade, momento em que surge para ele a pretensão de reivindicar seus direitos sucessórios.

[...]

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1273921/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 30/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de reconhecimento 'post mortem' da paternidade, o início da contagem do prazo prescricional para o herdeiro preterido buscar a nulidade da partilha e reivindicar a sua parte na herança só terá início a partir do momento em que for declarada a paternidade, momento em que surge para ele a pretensão de reivindicar seus direitos sucessórios. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1215185/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DIREITO DAS SUCESSÕES. AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA. FILIAÇÃO RECONHECIDA E DECLARADA APÓS A MORTE DO AUTOR DA HERANÇA. TERMO INICIAL. TEORIA DA 'ACTIO NATA'. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

1. Controvérsia doutrinária acerca da prescritibilidade da pretensão de petição de herança que restou superada na jurisprudência com a edição pelo STF da Súmula n.º 149: "É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança."

2. Ausência de previsão, tanto no Código Civil de 2002, como no Código Civil de 1916, de prazo prescricional específico para o ajuizamento da ação de petição de herança, sujeitando-se, portanto, ao prazo geral de prescrição previsto em cada codificação civil: vinte anos e dez anos, respectivamente, conforme previsto no art. 177 do CC/16 e no art. 205 do CC/2002.

3. Nas hipóteses de reconhecimento 'post mortem' da paternidade, o prazo para o herdeiro preterido buscar a nulidade da partilha e reivindicar a sua parte na herança só se inicia a partir do trânsito em julgado da ação de investigação de paternidade, quando resta confirmada a sua condição de herdeiro. Precedentes específicos desta Terceira do STJ.

4. Superação do entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmado

quando ainda detinha competência para o julgamento de matérias infraconstitucionais, no sentido de que o prazo prescricional da ação de petição de herança corria da abertura da sucessão do pretendido pai, seguindo a exegese do art. 1.572 do Código Civil de 1916.

5. Aplicação da teoria da 'actio nata'. Precedentes.

6. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1368677/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/02/2018)

Em semelhante sentido, a decisão monocrática proferida nos autos do **AREsp 1174370/GO**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 07/11/2017.

Assim, deve ser provido o recurso especial, restabelecendo-se a sentença que julgou procedente a demanda, a fim declarar a nulidade da partilha, para que nova seja realizada, nos termos da decisão de primeira instância.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, dá-se provimento ao recurso especial, a fim de restabelecer a sentença que julgou procedente a demanda.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator